

## **NOTA PÚBLICA DO SINDJUSTIÇA GOIÁS**

### **Por que devemos combater o atual modelo da reforma da Previdência?**

Caro cidadão e cidadã,

Você conhece alguma instituição sólida e de credibilidade que atestou as contas do Governo Federal e, a partir de então, passou a concordar com a reforma da Previdência? Sua resposta provavelmente é não. A nossa também. É por isso que estamos nas ruas hoje, protestando.

Não basta dizer que a balança das contas públicas pende mais para o lado da Previdência. Pior ainda é espalhar a ideia de que, sem essa reforma, prevista nos termos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 287/2016), os primeiros setores a pagarem as contas dos aposentados brasileiros serão a saúde e a educação.

Esse discurso, além de irresponsável, é antidemocrático. Afinal, você, com certeza, não foi chamado a opinar no projeto que o Governo enviou à Câmara dos Deputados, no final do ano passado. De qualquer forma, não ficaremos calados. Nós temos que ser ouvidos.

Estamos aqui hoje, integrante que somos do Fórum Goiano contra a Reforma da Previdência, para dizer a você que se nós, da sociedade, não fizermos nada, as aposentadorias de quem trabalha tanto na iniciativa privada como no setor público serão atrasadas. Quem hoje se aposenta aos 59 anos, em média, só desfrutará do seu merecido benefício previdenciário aos 65. Décadas de trabalho serão perdidas se ficarmos parados.

O problema é muito sério. Para se ter ideia, nesse novo modelo da Previdência, o trabalhador brasileiro só receberá o valor integral da aposentadoria (100% do benefício) se tiver contribuído com o INSS por 49 anos a fio, começando aos 16 anos, sem ter deixado de contribuir por nenhum mês nesse período. Isso é possível para todos nós?

Sem levarmos em consideração a atual crise econômica que atinge o País, os planos econômicos passados, das décadas de 90, 80 e 70, colocaram o Brasil em situação de instabilidade nos diversos setores, comprometendo a geração de empregos, até mesmo pelas mudanças de moeda. Por isso, pouquíssimas pessoas que estão hoje em plena capacidade produtiva tiveram a oportunidade de trabalhar com carteira assinada de forma ininterrupta, desde os 16 anos. E isso é só um ponto não questionado nessa tal reforma.

Precisamos despertar ainda no sentido de defender uma consulta pública à sociedade, com um plebiscito, para que possamos nos posicionar diante do Governo. Fique atento(a)!

**Diretoria do SINDJUSTIÇA**

Goiânia (GO), 15 de março de 2017.